

Karen Daniele de Araújo Pimentel^aUniversidade de São Paulo
São Paulo, São Paulo, Brasil

Desenvolvimento econômico do Brasil e sistema financeiro nacional no pensamento de Ignácio Rangel

Recebido em: 5 jan. 2021.**Aprovado em:** 9 jun. 2021.

RESUMO

Este trabalho pretende estudar as categorias fundamentais do pensamento de Ignácio Rangel para compreender a funcionalidade de um sistema financeiro nacional para a promoção do desenvolvimento econômico do Brasil. Para isso, parte-se do seu conceito de “dualidade básica da economia brasileira” e sua interação com os ciclos longos da economia mundial, identificando o que o autor denomina de “motor primário” do desenvolvimento econômico brasileiro. A estruturação de um sistema financeiro nacional, para o autor, atua como um elemento-chave para a superação dessa dualidade básica ao promover a mobilização da capacidade ociosa encontrada nos “elos fortes” da economia brasileira, onde há excesso de capital concentrado, porém sem utilização.

Palavras-chave

Desenvolvimento Econômico. Economia Brasileira. Dualidade Básica da Economia Brasileira. Ignácio Rangel. Sistema Financeiro Nacional.

a. Mestranda em Direito Econômico pela Universidade de São Paulo, Faculdade de Direito. Graduada em Direito pela Universidade Federal de Alagoas. E-mail: karenpimentel95@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-2637-3545>.

 <http://lattes.cnpq.br/3709735848260426>.

Karen Daniele de Araújo Pimentel^bSão Paulo University
São Paulo, São Paulo, Brazil

The economic development of Brazil and the national financial system in the thought of Ignácio Rangel

Received: January 5th, 2021.**Approved:** June 9th, 2021.

ABSTRACT

This paper aims to study the fundamental categories of Ignácio Rangel's thought to comprehend the role played by a national financial system to promote economic development in Brazil. With this purpose, the work begins with the concept of "basic duality of Brazilian economy" and its interaction with the long cycles of the global economy, identifying what is called the "primary motor" of the Brazilian economic development by the author. Structuring a national financial system, to the author, is a key element to the overcoming of the basic duality as it promotes the mobilization of the idle capacity found in the "strong bonds" of the Brazilian economy, where there is excess of concentrated capital, but with no utilization.

Keywords

Economic Development. Brazilian Economy. Basic Duality of the Brazilian Economy. Ignácio Rangel. National Financial System.

b. Master's candidate in Economic Law at the University of São Paulo, Law School. LL. B. in Law from the Federal University of Alagoas. Email: karendpimentel95@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-2637-3545>.

<http://lattes.cnpq.br/3709735848260426>.

Introdução

Costumeiramente referida como “original” ou “independente” por conta de sua capacidade de aliar diferentes influências teóricas, a obra de Ignácio Rangel constrói uma tese que se mostra extremamente peculiar à formação econômica brasileira. Partindo dos clássicos Adam Smith e Karl Marx, passando pela teoria dos ciclos econômicos de Schumpeter e utilizando os conceitos de poupança, investimento e propensão a consumir defendidos por Keynes, é em Caio Prado Júnior que o autor encontra terreno fértil para fincar em solo brasileiro seus postulados sobre desenvolvimento econômico, alicerçados na literatura que estudara de maneira autodidata junto à sua formação oficial em Direito.

Seu texto mais difundido, “A inflação brasileira”, conta com uma seção dedicada à crítica aos monetaristas e outra destinada a controverter a hipótese estruturalista para explicar o fenômeno inflacionário na economia brasileira, concluindo com uma formulação tão díspar das hegemônicas quanto precisa e calcada nas especificidades do desenvolvimento econômico do Brasil.¹ Bresser-Pereira e José Marcio Rêgo (1993, p. 98) afirmam que Rangel é “provavelmente o mais original analista do desenvolvimento econômico brasileiro”; enquanto Ricardo Bielschowsky (2004, p. 209-240) reserva, em sua obra, uma seção unicamente dedicada ao estudo das ideias elaboradas pelo autor: “o pensamento independente de Ignácio Rangel”.

Nascido no interior do Maranhão, o pensador tem sua trajetória pessoal confundida com a história do Brasil, de modo que, ainda na juventude, durante a década de 1930, iniciou sua militância política comunista, o que levou à sua prisão em regime fechado por dois anos, posteriormente convertida em domiciliar, permanecendo oito anos proibido de deixar seu estado natal (MAMIGONIAN *et al.*, 1988, p. 127-128). Rangel, cuja formação intelectual fora iniciada por seu pai, juiz de direito, dá prosseguimento aos estudos econômicos que intensificou durante os anos que permaneceu na cadeia, formando as bases de sua teoria singular, e ainda pouco difundida, tanto na academia quanto no debate público.

Para Rangel, a economia brasileira tem sua estrutura formada por “quatro modos elementares de produção”, divididos, dois a dois, nos polos externo e interno da sua

1. Cf.: RANGEL (2012c [1963]).

“dualidade básica”.² Esta complexa teoria acerca da formação econômica brasileira é a base de todos os seus estudos acerca do desenvolvimento econômico do país, cujos textos começam a ser publicados em 1954. Sem compreender a dualidade básica da economia brasileira não é possível acompanhar seus escritos sobre inflação, recursos ociosos e política econômica, questão agrária, comércio exterior, ciência e tecnologia e o papel do sistema financeiro.

É por isso que este trabalho parte inicialmente de um item dedicado a resumir, em breves linhas, a dinâmica da dualidade básica, suas leis e o modo como estas se expressam na história econômica do Brasil, utilizando como texto-base “A história da dualidade brasileira” (2012b [1981]). Sem pretender esgotar o tema, o primeiro item se presta a apresentar os conceitos fundamentais à compreensão do pensamento rangeliano: dualidade básica da economia brasileira e ciclos econômicos, especialmente o ciclo longo de Kondratiev. Em seguida, aproximando-se do objeto específico de investigação deste estudo, a segunda parte do trabalho destrincha o texto “Introdução ao desenvolvimento econômico brasileiro” (2012g [1955]), buscando ressaltar a especificidade brasileira e suas principais conclusões sobre como o Estado pode atuar para *programar* o desenvolvimento econômico, controlando “o *ritmo* e o *sentido* de sua marcha” (RANGEL, 2012h [1980], p. 454).

Por fim, o tema específico de preocupação deste ensaio aparece de maneira preponderante, com o intuito de investigar, no pensamento de Ignácio Rangel, a funcionalidade de um sistema financeiro nacional para o desenvolvimento econômico brasileiro, enfocando os livros “A inflação brasileira” (2012c [1963]) e “Recursos ociosos e política econômica” (2012h [1980]), assim como o artigo “A dinâmica da dualidade brasileira” (2012a [1962]). Busca-se, com isso, contribuir para o debate e difusão do rico instrumental teórico oferecido por Rangel, um intérprete irrepetível da realidade brasileira.

2. Cf.: RANGEL (2012e [1957]).

1. Conceitos fundamentais do pensamento de Ignácio Rangel

1.1. Dualidade básica da economia brasileira e suas leis

Compreender qual a função de um sistema financeiro nacional para o desenvolvimento econômico do Brasil passa pelo entendimento de como se conforma a vida econômica do país, ou, nas palavras de Rangel: “o modo de ser próprio do Brasil” (2012a [1962], p. 552). Tal premissa é indispensável, uma vez que as formulações do autor partem sempre da noção de dualidade básica da economia brasileira, cujo arranjo se modifica de acordo com determinadas leis internas e com os ciclos longos da economia no centro dinâmico do capitalismo.

Primeiro, o conceito de dualidade básica: “uma formação agrupando quatro modos elementares de produção, distribuídos dois a dois, para formar os ‘polos’ interno e externo” da estrutura econômica brasileira (RANGEL, 2012b [1981], p. 660). Esses modos elementares de produção correspondem aos estágios de desenvolvimento dos modos de produção de que trata o materialismo histórico: comunidade primitiva, escravismo, feudalismo, capitalismo e socialismo (RANGEL, 2012b [1981], p. 661).

Os polos interno e externo da economia, por sua vez, possuem seus lados interno e externo, de modo que o lado externo do polo externo da economia é sempre aquele que apresenta o modo de produção mais avançado (por isso, está localizado fora do Brasil, no centro dinâmico em torno do qual o país gravita); enquanto o lado interno do polo interno é formado por aquele modo elementar de produção mais arcaico (*Ibidem*, p. 661). Essa estrutura, contudo, não é estática e possui uma dinâmica própria de funcionamento por meio da qual os lados interno e externo de cada polo se inter-relacionam dialeticamente.

As engrenagens dessa estrutura econômica, tão peculiar ao Brasil, se movimentam de acordo com leis próprias, sintetizadas por Rangel no número de cinco “leis da dualidade brasileira” (*Ibidem*, p. 662). A primeira lei enuncia que a dualidade muda um polo de cada vez, ou seja, não ocorrem alterações simultâneas nos polos externo e interno da economia: “guardando o outro sua estrutura e integrando-se na nova dualidade, correspondente ao estágio imediatamente superior do desenvolvimento” (*Idem*). Ainda, a mudança ocorre de maneira alternada, uma vez ocorreria uma alteração no polo interno e, de outra, alteração no polo externo, consubstan-

ciando a segunda lei da dualidade brasileira: “alternadamente, mudam o polo interno e o externo” (*Idem*).

Por seu turno, a terceira lei dita como ocorre essa mudança dentro de cada polo da estrutura da dualidade. Segundo Rangel: “o polo muda pelo processo de passar para o lado interno o modo de produção já presente no seu lado externo” (*Idem*). A quarta lei é uma consequência da terceira, uma vez que a passagem do modo de produção, presente no lado externo, para o lado interno provoca uma mudança na própria composição do polo em alteração: “o lado externo do polo em mudança muda também, passando a adotar instituições características de um modo de produção mais avançado, que comporá nova união dialética (de contrários) com o lado interno recém-criado” (*Idem*).

A quinta lei tem relação direta com o segundo conceito fundamental para compreender a obra do autor, que é a ideia de que a economia brasileira responde aos estímulos provenientes do centro dinâmico em torno do qual gravita, de acordo com as fases do ciclo longo de Kondratiev: “como formação periférica que é, as mudanças da dualidade brasileira são provocadas por mudanças no comportamento do centro dinâmico em torno do qual gravita nossa economia, particularmente no que concerne ao *quantum* e aos termos de intercâmbio do seu comércio conosco” (*Idem*).

Em síntese, a dualidade básica da economia brasileira é uma estrutura econômica complexa e peculiar ao país, formada por quatro modos elementares de produção, dispostos dois a dois, nos lados interno e externo de seus polos interno e externo. Tal estrutura possui uma dinâmica própria de funcionamento e as mudanças que nela ocorrem se dão de acordo com cinco leis, que podem ser resumidas da seguinte maneira: (i) as alterações na dualidade ocorrem um polo por vez, (ii) de maneira alternada, e, dentro de cada polo, a mudança ocorre por meio da (iii) passagem do seu lado externo para o seu lado interno, (iv) modificando a sua composição como um todo, (v) de acordo com os estímulos provenientes do centro dinâmico em torno do qual gravita a economia periférica brasileira.

1.2 Ciclo longo e dualidade básica

O segundo conceito fundamental do pensamento de Ignácio Rangel é a noção de que o desenvolvimento econômico brasileiro ocorre de acordo com os ciclos econômicos pensados por Schumpeter, que os nomeou conforme os teóricos responsáveis pela sua elaboração: os ciclos longos são os ciclos de Kondratiev, enquanto os ciclos mais curtos são os de Juglar e de Kitchin (*Ibidem*, p. 663). A atenção deste trabalho recairá sobre os ciclos longos, que duram cerca de 50 anos, uma vez que a dinâmica da dualidade brasileira é marcada pela alternância entre suas fases ascendente (A) e descendente (B).

Para Rangel, as fases do ciclo de Kondratiev teriam relação estreita com o aparecimento das inovações tecnológicas no seio da vida econômica:

esses movimentos têm muito que ver com o modo como se engendram e as condições com que se propagam as novas técnicas de produção ou, como se diz, as inovações tecnológicas. Com efeito, a economia desenvolve-se através de um processo de substituição de técnicas consagradas pela experiência e representativas de um estágio já vencido do conhecimento científico, por novas técnicas em via de definição, isto é, pela introdução de inovações tecnológicas (RANGEL, 2012b [1981], p. 664).

Essas inovações, por seu turno, remetem à significação apresentada por Joseph Schumpeter em sua “Teoria do Desenvolvimento Econômico”, em que o autor assenta a ideia de que o desenvolvimento só seria possível com a introdução descontinuada de novas formas de combinar os elementos essenciais da produção: capital e trabalho, de modo a produzir um desequilíbrio no prévio estado de coisas encontrado na vida econômica.³

É importante pontuar também o modo pelo qual as economias centrais movimentam seus impulsos para a economia brasileira. Nesse ponto, destaca-se o papel essencial desempenhado pelo setor do comércio exterior, tema visitado inúmeras vezes por

3. “Produzir significa combinar materiais e forças que estão ao nosso alcance (cf. capítulo I). Produzir outras coisas ou as mesmas coisas com método diferente, significa combinar diferentemente esses materiais e forças. Na medida em que as ‘novas combinações’ podem, com o tempo, originar-se das antigas por ajuste contínuo mediante pequenas etapas, há certamente mudança, possivelmente há crescimento, mas não um fenômeno novo nem desenvolvimento em nosso sentido. Na medida em que não for este o caso, e em que as novas combinações aparecerem descontinuamente, então surge o fenômeno que caracteriza o desenvolvimento” (SCHUMPETER, 1985, p. 48).

Rangel e que constitui o canal por meio do qual a economia brasileira recebe os fluxos e refluxos de seu centro dinâmico:

É por essa via que nossas economias periféricas são, alternadamente, atraídas e repelidas pelo centro dinâmico, isto é, chamadas a participar mais intensamente da divisão internacional do trabalho ou, ao contrário, compelidas a buscar, com seus próprios meios, maior medida de autossuficiência ou autarcia, segundo o centro atravesse uma fase A ou uma fase B da onda longa. (RANGEL, 2012b [1981], p. 663).

Rangel, todavia, faz um alerta importante: ainda que a economia brasileira seja periférica e seus movimentos sejam fortemente influenciados pelos estímulos do centro dinâmico, isso não significa que sua estrutura seja somente reativa a esses impulsos.

O autor ressalta que a expressão centro “dinâmico” pode induzir à ideia de que os países de fora deste centro sejam “estáticos”, o que não é verdadeiro para a dualidade básica da economia brasileira: “o Brasil costuma reagir às flutuações econômicas de longo prazo – as fases do ciclo de Kondratiev – de forma muito ativa ou dinâmica, quer quando se aplica a produzir excedentes exportáveis, nas fases A, quer quando se aplica a substituir importações, nas fases B dos ciclos” (*Ibidem*, p. 663). Essa dinâmica de voltar-se à produção de bens exportáveis nas fases ascendentes dos ciclos longos e passar a um esforço de substituição de importações nas suas fases descendentes é o mecanismo que marca o desenvolvimento econômico brasileiro.

Nos períodos em que as economias centrais diminuem a procura pelos bens exportáveis nacionais (fases B), causando uma diminuição da entrada de capitais estrangeiros em solo brasileiro, a capacidade para importar é reprimida, levando as economias periféricas a realizarem um movimento de substituir aqueles produtos antes importados: “A fase B dos ciclos longos, portanto, abre, nos países periféricos, oportunidades de inversão, ao tempo em que submete a dura prova as instituições historicamente formadas, sob a influência de um comércio exterior em expansão” (RANGEL, 2012b [1981], p. 665).

1.3 Breve história das dualidades básicas da economia brasileira

A história da dualidade brasileira, portanto, pode ser explicada pela interação dos polos interno e externo da economia com os impulsos advindos do seu centro dinâmico, de modo que as dualidades são formadas nas fases descendentes (B) do ciclo de Kondratiev. Para Rangel, a primeira dualidade brasileira é datada de 1815 – após a abertura dos portos (1808) e o descolamento do capital mercantil português –, ano de edição da “Carta da Lei”, que funda o Reino do Brasil (*Ibidem*, p. 669). A primeira dualidade básica da economia brasileira durou de 1815 a 1873, composta, no polo interno: por um lado interno escravista e por um lado externo feudal; no polo externo: por um lado interno capitalista mercantil e por outro externo capitalista industrial.

De acordo com as leis já explicadas acima, a aparição da segunda dualidade básica não ocorrera de uma só vez, mas foi originada da introjeção do lado interno do polo externo (capitalismo mercantil) no lado externo do polo interno (antes, feudal; agora, também capitalista mercantil). O lado externo do polo interno passou a ser capitalista mercantil e o seu lado interno passou a ser feudal, com a superação das relações escravistas. Tal processo ocorrera em decorrência do enfraquecimento das relações de suserania e vassalagem antes existentes entre capitânicas e Coroa Portuguesa, além da emergência de um mercado consumidor interno, com a proibição do tráfico negreiro (1850) e a “Lei do Ventre Livre” (1871), o que fortaleceu um capitalismo mercantil interno, simultâneo ao capitalismo mercantil voltado ao comércio externo, este último focado na exportação de bens primários (*Ibidem*, p. 674).

Nota-se, portanto, que o polo externo da dualidade continuou com a mesma composição: no lado externo, capitalismo industrial; no lado interno, capitalismo mercantil, em conformidade com a primeira lei da dualidade acima explanada. O polo que sofreu modificação foi o polo interno, cujo lado externo passou a ser capitalista mercantil e o lado interno passou a ser feudal, estrutura que permaneceu de 1873 até 1922. O surgimento da terceira dualidade básica da economia brasileira também seguiu as leis observadas por Rangel, de modo que, desta vez, a alteração se deu no polo externo, obedecendo à segunda lei da dualidade.

O caminho para a transição à terceira dualidade foi pavimentado durante a segunda, cujos marcos foram a Proclamação da República (1889) e a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Este último evento histórico produziu uma grave crise econô-

mica no centro dinâmico do sistema capitalista, que levou a um esforço de substituição de importações no Brasil, que assistiu ao declínio da demanda externa pelos seus bens exportáveis:

A segunda dualidade foi marcada também pela Primeira Guerra Mundial, que refletiu sobre a nossa economia sob a forma de uma aguda crise comercial, que teve o efeito de induzir um enérgico, posto que temporário, esforço artesanal de substituição de importações, antecipando o longo recesso, isto é, a grande Depressão Mundial, já na fase B do terceiro Kondratiev, que nos traria a terceira dualidade, a Segunda República e a passagem a formas industriais de substituição de importações (*Ibidem*, p. 676).

Neste ponto, importante mencionar os quatro estímulos à industrialização brasileira propostos por Caio Prado Júnior, autor que influenciou sobremaneira a obra de Rangel: (i) declínio do câmbio, o que encareceu as mercadorias importadas,⁴ (ii) elevação das tarifas alfandegárias para fazer frente às necessidades do Tesouro público; (iii) produção local de algodão, matéria-prima que permitiu a emergência de uma forte indústria têxtil; (iv) grande disponibilidade de mão-de-obra a um baixo custo (PRADO JÚNIOR, 2012, p. 258-259).

Tendo em vista a conjunção de todos esses fatores, foi possível a transição à terceira dualidade básica da economia brasileira, que se estendeu de 1922 a 1973, com o seguinte arranjo de seus modos elementares de produção: no seu polo interno, feudalismo no lado interno e capitalismo mercantil no lado externo; no seu polo externo, capitalismo industrial no lado interno e capitalismo financeiro no lado externo. Haveria, ainda, uma quarta dualidade, iniciada em 1973 (crise do petróleo), em curso e sem prazo para terminar, uma vez que, para Rangel, o fim da quarta dualidade representaria “o fim do próprio fenômeno da dualidade” (2012b [1981], p. 685).

Nesta quarta dualidade, Rangel acredita que, em decorrência do alto nível de endividamento externo, seria necessário um esforço de substituição de importações.

4. “As exportações, donde provinham todos os recursos para saldar os pagamentos externos, não acompanhavam o ritmo de crescimento da população e de suas necessidades. Isso se observa em particular no *déficit* constante do nosso comércio exterior, e que perdurará até meados do século XIX. O desequilíbrio geral das contas externas do país se comprova aliás, como já foi notado, pelo declínio constate do câmbio monetário, coisa que se observa em toda a evolução financeira do Brasil desde sua independência. E essa queda do câmbio, provocando o encarecimento das mercadorias de importação, formará por seu turno um dos estímulos à produção nacional” (PRADO JÚNIOR, 2012, p. 258).

Para isso, deveria ser construído um aparelho de intermediação financeira nacional, viabilizando a formação de capital necessária para tanto. Além disso, o autor ressalta a importância de resolver a questão agrária brasileira, tendo em vista que, embora o país conseguira industrializar-se sem promover a reforma agrária, tal condição teria chegado a um limite (*Ibidem*, p. 683-684). A composição dos modos elementares de produção na quarta dualidade ocorreria da seguinte forma: no polo interno, semissalariado (boias-frias) no lado interno e semicapitalismo rural no lado externo; no polo externo, capitalismo industrial no lado interno e capitalismo financeiro no lado externo (*Ibidem*, p. 685).

De posse dos conceitos fundamentais do pensamento de Rangel e traçada, brevemente, a trajetória histórica das dualidades brasileiras, é possível passar à segunda parte deste estudo. Na seção subsequente, o objetivo é analisar o mecanismo peculiar do desenvolvimento econômico brasileiro, que não se dá de maneira descolada de suas dualidades básicas, ao contrário: o desenvolvimento econômico do Brasil não pode ser estudado sem considerar sua estrutura dual, tampouco os movimentos ascendentes e descendentes dos ciclos longos da economia mundial.

2. O “motor-primário” do desenvolvimento econômico brasileiro e o papel do estado

2.1 Pressupostos para o desenvolvimento econômico

O desenvolvimento é um tema que promove intensos debates na literatura econômica, e, na obra de Rangel, em texto publicado em 1957, referente a conferências pronunciadas dois anos antes por iniciativa do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), a questão que se coloca é “por que se desenvolve o Brasil?” (2012g [1955], p. 132). A partir dessa pergunta, o autor inicia sua investigação acerca do desenvolvimento econômico na formação brasileira, buscando nas peculiaridades do próprio país as respostas aos desafios de superação dos problemas enfrentados por uma economia periférica ou dependente.

O ponto de partida para responder ao seu questionamento central é a noção clássica de divisão social do trabalho, condição sem a qual o desenvolvimento não poderia ocorrer numa determinada sociedade:

A divisão social do trabalho é, portanto, condição para o desenvolvimento, porque é condição para que a sociedade em seu conjunto aumente seu poder sobre a natureza, para obrigá-la a fornecer os meios de satisfação das necessidades humanas. As possibilidades de desenvolvimento das forças produtivas são muito restritas sem divisão do trabalho, e podem ser estudadas como função desta. Segue-se, portanto, que na introdução de um novo modo de produção, caracterizado pela divisão social do trabalho, reside a *medula do processo de desenvolvimento*, de modo que podemos distinguir prontamente se uma economia é desenvolvida ou não simplesmente observando o grau de divisão do trabalho (RANGEL, 2012g [1955], p. 140. Grifo nosso).

A interpretação proposta pelo autor permite concluir que o grau de divisão social do trabalho em sociedade seria, ao mesmo tempo, (i) pressuposto para o desenvolvimento e (ii) variável que permite medir o seu nível de desenvolvimento. Neste ponto, nota-se a forte influência das obras econômicas clássicas no pensamento de Rangel, em especial Adam Smith e Karl Marx. O autor, então, agrega mais um elemento à sua teoria do desenvolvimento: não basta que haja divisão social do trabalho, esta deve também ser continuamente aprimorada pelo fluxo de inversões na vida econômica.

Ou seja, para que haja desenvolvimento, certo nível equilibrado de divisão social do trabalho deve ser sempre perturbado pela introdução de inovações que formem capital novo:

para que prossiga a divisão social do trabalho, com todas as suas consequências, duas condições devem ser satisfeitas: (a) que uma parte do que a sociedade é capaz de produzir não seja consumido na satisfação das necessidades correntes dos seus membros; (b) que a parte poupada seja efetivamente aplicada na incorporação de nova técnica, isto é, na formação de novo capital (RANGEL, 2012g [1955], p. 143).

A influência de Joseph Schumpeter, portanto, fica evidente, tendo em vista sua ideia de que o desenvolvimento econômico seria resultado de introdução de inovações

de maneira descontinuada na vida econômica, perturbando um equilíbrio previamente existente. Além disso, observa-se a forte presença do pensamento keynesiano, uma vez que o autor reforça a necessidade de que o capital formado pela sociedade seja sempre reinvestido e não somente poupado. Portanto, a teoria do desenvolvimento proposta por Rangel reúne dois elementos fundamentais: (i) divisão social do trabalho e (ii) inversões que formem novo capital, de maneira que um fator retroalimente o outro.

Esse fluxo constante de inversões, contudo, deve ser *qualificado*, o que, para Rangel, significa sua destinação a um terceiro elemento fundamental de sua concepção: a produção intermédia. Esta, por sua vez, significa a produção daqueles bens que, embora **não** sejam consumidos ao final do processo produtivo, servem à produção daqueles bens finais (como os equipamentos e matérias-primas): “nem todos os bens são diretamente aplicados à produção de mão de obra, isto é, ao consumo, no sentido estrito, uma vez que parte deles nunca chega, em sua forma física, à condição de bens de consumo” (*Ibidem*, p. 144).

Para Rangel, o gasto que de fato leva ao desenvolvimento é aquele destinado à produção intermédia:

Se parte da poupança não é gasta, diminui a renda nacional, isto é, a utilização da capacidade produtiva da economia. Se é gasta, mas não em produção e consumo intermédio, orientados para atender às necessidades de economia em bens de produção e mão de obra, a capacidade produtiva é utilizada, mas não cresce. Não cresce a produtividade social quando um capitalista constrói para si um túmulo de faraós, mas somente quando pessoalmente constrói uma fábrica, que incorpora nova técnica, ou quando, diretamente ou pelos impostos que paga, custeia uma escola de engenharia. Para que o desenvolvimento se faça, o capitalista deve ser induzido – por si ou pelo Estado – a imobilizar recursos em obras do tipo da fábrica e da escola de engenharia (*Ibidem*, p. 145).

Com isso, é possível sintetizar a teoria do desenvolvimento econômico de Rangel como um processo em que interagem três elementos fundamentais: (i) aprimoramento da divisão social do trabalho (ii) por meio de inversões qualificadas na vida econômica, gastando a poupança social gerada no processo produtivo, de modo que (iii) esta seja direcionada à produção intermédia: bens que são consumidos durante o próprio processo produtivo, aumentando sua produtividade.

2.2 O “motor primário” do desenvolvimento econômico brasileiro

A originalidade do pensamento de Ignácio Rangel reside exatamente na sua investigação de como fenômenos descritos abstratamente na bibliografia econômica produzida nos países centrais se apresentam na especificidade da economia brasileira. É **assim** que o autor não se contenta em tão somente descrever as condições necessárias para a ocorrência do desenvolvimento, mas, a partir dessas ideias, busca compreender a peculiaridade do caso brasileiro, de onde surge sua concepção de “motor primário” do desenvolvimento econômico, que seria peculiar a cada país:

A descoberta do motor primário do desenvolvimento, em cada caso concreto, deve, pois, resultar da pesquisa de como, nas condições dominantes em cada país, o capitalista privado tem sido induzido a aumentar suas inversões [...]. Será ponto de partida o fato notório de que nossa economia nasceu e cresceu como uma economia complementar de outras e investigaremos como as mudanças nas relações entre nossa economia e aquelas das quais esta é complemento têm historicamente influído sobre nosso próprio desenvolvimento. Veremos como alternadamente somos chamados a vender mais ao estrangeiro e o tipo de desenvolvimento que isso implica; ou a vender menos – comprando menos, portanto – e o tipo de desenvolvimento que resulta (RANGEL, 2012g [1955], p. 146-147).

Partindo dessa premissa, o autor inicia sua investigação sobre o desenvolvimento econômico brasileiro a partir da ideia de que a economia do país é dividida em três *stratas*, estruturas superpostas e submetidas a leis específicas que interagem entre si: (i) economia natural, voltada para a autossubsistência, em que predomina a produção natural; (ii) economia de mercado, onde predominam as relações mercantis de troca e, portanto, a produção social; (iii) capitalismo monopolista de Estado, onde prevalecem as movimentações do comércio exterior (*Ibidem*, p. 147).

O que o autor denomina “motor primário” do desenvolvimento brasileiro estaria na capacidade da economia nacional de transferência da população presente na economia natural para o segundo *strata* (economia de mercado), uma vez que neste se realizaria o verdadeiro aumento da produtividade, dado o seu maior grau de divisão social do trabalho (*Ibidem*, p. 148). Ocorre que, no Brasil, haveria uma espécie de “cegueira” da contabilidade social, que não computaria o tempo despendido pelos traba-

lhadores na economia natural, ou seja: na produção de bens para subsistência ou consumo próprio (*Ibidem*, p. 155).

Em decorrência dessa visão míope da realidade econômica brasileira, Rangel busca colocar em evidência, e neste ponto está outro grande mérito e originalidade de sua obra, o fato de que o complexo rural brasileiro concentrava a maior parte da produção natural do país, tendo em vista que o lavrador passaria de metade até dois terços do seu tempo dedicado a produzir a própria vestimenta, calçado, alimentos, construir a própria casa e até equipamentos arcaicos para autossustentação (*Ibidem*, p. 151-158). Assim, ainda que o trabalhador do campo se dedicasse à produção de bens agrícolas que posteriormente entrariam no fluxo da vida mercantil – pois destinados à exportação –, a maior parte de seu tempo, em verdade, era destinada a produzir os demais bens de que necessitava para subsistir.

O grande desafio do desenvolvimento econômico brasileiro seria, então, diminuir o tempo despendido por esses trabalhadores na produção de bens para autoconsumo (economia natural). Nesse sentido, haveria dois modos de transferência de mão de obra da economia natural (baixo grau de divisão social do trabalho) para a produção social (maior grau de divisão social do trabalho): (i) aumentar o tempo despendido pelo trabalhador do campo para a produção de bens agrícolas, seja para vender às cidades brasileiras, seja para a exportação; (ii) empreender um esforço industrial de substituição de importações, o que demandaria a transferência da mão de obra do campo para as cidades, trabalhando em indústrias voltadas a atender a demanda interna de bens elaborados (*Ibidem*, p. 167).

Seguindo esse raciocínio, os movimentos do comércio exterior seriam o que Rangel chama de “variável estratégica” da economia brasileira:

Se o resto do mundo aumenta seus pedidos de nossos produtos, distribuímos nosso tempo e nossos recursos em consequência, isto é, no sentido de aumentar nossa produção exportável [...]. Noutros termos, quando a procura externa de nossos produtos aumenta, substituímos produção nacional por produção estrangeira em nossa cesta de consumo, seja este produtivo ou improdutivo. Inversamente, quando a procura externa de nossos produtos diminui – comprimindo, portanto, nossa capacidade para importar – redistribuímos nosso tempo de trabalho e nossos recursos de produção no sentido de obter aqui mesmo certa quantidade do que antes importávamos (*Ibidem*, p. 168-169).

Essa ideia é diretamente relacionada às fases ascendente e descendente dos ciclos de Kondratiev, explanadas no item anterior, o que leva o autor à conclusão de que o Estado, conhecendo essa dinâmica de funcionamento da economia não só poderia como deveria programar sua ação sobre o domínio econômico de maneira a estimular continuamente a transferência de mão de obra da economia natural para a economia de mercado.⁵ Ao fazer isso, o planejamento estatal conseguiria estimular o “verdadeiro promotor do desenvolvimento”:

aquele que utiliza o desequilíbrio existente para resolvê-lo *mediante* o desenvolvimento, mas tendo o cuidado de criar outro desequilíbrio, que substitua o primeiro; ou então aquele que introduz numa economia em repouso elementos de desequilíbrio, único modo de fazê-la marchar. *Somente quando o homem aprender a fazer isso, a história deixará de ser fato de necessidade para converter-se em fato de liberdade* (*Ibidem*, p. 188. Grifo nosso).

2.3 Desenvolvimento econômico e planejamento estatal

O protagonismo da ação do Estado para a promoção do desenvolvimento será o foco de Rangel na última parte do texto, e aqui também é possível perceber o grande mérito de sua obra. Ainda que a função estatal já tenha sido tratada em obras de outros autores, principalmente pelos estudos da CEPAL e por alguns dos chamados “pioneiros do desenvolvimento econômico”, é certo que as formulações deste pensador brasileiro se destacam pela capacidade de detalhar o passo-a-passo do planejamento do Estado. Esta trilha deixada por Rangel será sintetizada nas linhas a seguir.

O primeiro passo do planejamento deve ser a pesquisa dos desequilíbrios já existentes na economia, procedimento realizado da seguinte maneira:

Trata-se de verificar, em cada indústria particular, se seu custo unitário ou médio tende a *umentar* quando *umenta* o volume de produção ou se, ao contrário, tende a cair. Se o

5. “se o desenvolvimento implícito na industrialização resulta, em última análise, da incorporação de parcela crescente de nossa força nacional de trabalho às condições sociais de produção, sob a forma da produção capitalista, reduzindo a parcela desgraçadamente muito grande ainda de mão de obra empregada nas condições naturais de produção, nosso interesse é de que o estímulo a essa transferência não seja passageiro” (*Ibidem*, p. 182).

custo unitário tende a aumentar, a indústria está usando menos capital do que seria aconselhável, dada a tecnologia vigente e ao alcance da economia. A indústria converteu-se em elo débil do sistema ou, quando a subida do custo unitário é muito forte, por cada unidade de aumento do volume da produção, essa indústria específica converteu-se em *ponto de estrangulamento*. Se, ao contrário, o custo unitário tende a cair quando aumenta o volume de produção, é sinal de que essa indústria está usando mais capital do que seria conveniente. Constitui, portanto, elo forte do sistema econômico (RANGEL, 2012g [1955], p. 189).

A pesquisa dos desequilíbrios permite que o planejador estatal tenha em mãos uma lista dos setores da economia que consubstanciam verdadeiros pontos de estrangulamento (elos débeis) e os elos fortes da economia, de modo que poderá induzir investimentos àqueles setores que possuem capacidade ociosa. A chave para o desenvolvimento é a utilização do “produto das indústrias ou atividades que constituem os elos fortes do sistema [...] para criar o capital adicional necessário às indústrias ou atividades que constituem os elos débeis” (*Ibidem*, p. 190).

Rangel ressalta que os elos débeis da economia brasileira já estariam catalogados na lista de produtos importados e que o Estado pode induzir as decisões tomadas pelo empresário – quem de fato combina os fatores capital e trabalho – pelo manejo de determinadas variáveis econômicas, entre elas: (i) manipulação do câmbio; (ii) intervenção direta por meio de seus órgãos administrativos; (iii) criação e atuação dos bancos de investimento (*Ibidem*, p. 195-197). Em resumo, para o autor, o desenvolvimento econômico até pode ocorrer de maneira espontânea, contudo, “a ação do Estado pesa muitíssimo, e é natural que busquemos disciplinar e ordenar essa ação, dentro de um projeto coerente – de um plano – que nem sequer poderá ser concebido se não conhecermos a dinâmica do sistema, as forças em jogo” (*Ibidem*, p. 132).

Esse projeto, que instrumentaliza a ação estatal com o intuito de promover o desenvolvimento econômico, envolve também a criação de um aparelho de intermediação financeira nacional, o que foi pontuado por Rangel em texto publicado cinco anos após a primeira edição de “Introdução ao desenvolvimento econômico brasileiro”, já em 1962, apontando o papel do capital financeiro nacional: “A emergência do capital financeiro nacional, um dos fenômenos mais marcantes da vida econômica brasileira dos últimos anos, implica levar a estrutura capitalista, fora do setor agrícola, a suas últimas consequências” (RANGEL, 2012a [1962], p. 560).

3. A funcionalidade de um sistema financeiro nacional

3.1 Investimento, modos de financiamento e a emergência de um sistema financeiro

Ignácio Rangel concentra-se em estudar a importância de se construir um aparelho de intermediação financeira nacional para a promoção do desenvolvimento econômico brasileiro a partir da década de 1960, destacados para o presente trabalho os seguintes textos: “A dinâmica da dualidade brasileira”; “Recursos ociosos e política econômica”, cujos primeiros capítulos foram escritos em 1960, apenas o último em 1980, ano de sua primeira publicação; e “A inflação brasileira”, cuja primeira edição data de 1963. Além disso, Rangel também tratou a temática detidamente em dois textos avulsos: “A questão financeira” (2012d [1981]) e “Que é poupança interna?” (2012f [1981]).

O autor alerta que seria necessário resolver o problema monetário do país para que fosse possível mobilizar a capacidade ociosa presente na economia, de modo que propõe submeter “o tratamento dos problemas financeiros à decisiva questão da mobilização da capacidade ociosa” (RANGEL, 2012h [1980], p. 472). Nesse sentido, os termos da questão deveriam ser invertidos, de maneira que os problemas financeiros do país não deveriam ser pensados em si mesmos, mas sempre articulados visando à mobilização da capacidade ociosa encontrada na economia.

Por isso, seria imprescindível a estruturação de um sistema financeiro nacional que conseguisse:

converter em *investimento*, numa área do sistema, a *poupança* resultante do uso da capacidade ociosa surgida noutra área. Entretanto, de degrau em degrau, deveríamos chegar à criação das precondições para o surgimento de um *capitalismo financeiro* – no sentido preciso e moderno desta expressão, isto é, de íntima associação do capital industrial com o capital bancário (RANGEL, 2012a [1962], p. 548).

O capital financeiro, portanto, seria a associação entre o capital industrial e o capital bancário, de modo que um atuaria de maneira intrincada ao outro. Isso porque,

apoiado em Marx e Keynes, Rangel sustenta que o aparelho de intermediação financeira (que serve de canal para o capital financeiro e o instrumentaliza) viabilizaria o investimento necessário para promover o desenvolvimento econômico brasileiro, com vistas a superar a dinâmica da dualidade e internalizar o capitalismo financeiro (estágio mais avançado das forças produtivas no capitalismo):

Como havia sido logicamente demonstrado por Karl Marx e foi comprovado empiricamente por Keynes e os keynesianos, o investimento não exerce apenas o papel passivo de uma parcela que, somada ao consumo, dá, como total, a renda nacional. O investimento, além de dar origem à nova capacidade produtiva, que interessa à magnitude da renda dos anos subsequentes, reage, no próprio ano em que se realiza, sobre o consumo, fazendo com que este aumente, também. Com efeito, um aumento do investimento é fonte de uma procura suplementar de mão de obra, fazendo assim aumentar o volume absoluto do capital variável, ainda que a taxa de exploração permaneça constante e, até mesmo, que esta se eleve em certa medida (RANGEL, 2012c [1963], p. 580).

Desse modo, o investimento tem papel essencial no processo do desenvolvimento econômico, uma vez que (i) dá origem à capacidade produtiva nova, ao mesmo tempo em que (ii) eleva os níveis de consumo, visto que o investimento pressiona a demanda de mão de obra para fazer frente a esse incremento de capital produtivo.

Ocorre que o Estado brasileiro optara por captar esse investimento no exterior, acarretando o esgotamento dessa via de financiamento, que conheceu uma grave crise da dívida externa em 1982, condenando nosso potencial industrial interno: “nos estamos endividando no estrangeiro para tentar adquirir coisas que já nos encontramos em condições de produzir aqui, condenando à ociosidade – vale dizer, à crise – as instalações, os materiais e os homens que, de outro modo, seriam chamados à atividade” (RANGEL, 2012d [1981], p. 321-322).

Essa opção adviria de uma crença equivocada de que, no Brasil, haveria uma escassez absoluta de recursos financeiros, o que é afastado por Rangel, para quem essa escassez estaria localizada apenas em seus pontos de estrangulamento (elos débeis da economia). Para resolver o problema da escassez localizada (embora aparente ser um problema generalizado na economia nacional) de recursos, o autor reforça a necessidade de

criação do aparelho incumbido de canalizar a poupança nacional dos pontos onde ela se está gerando para os pontos onde deve metamorfosear-se em investimento, isto é, de organizar o mercado interno de capitais, e de preparar as atividades onde existem, em estado latente, as oportunidades de inversão, para tornar efetivas essas oportunidades (RANGEL, 2012a [1962], p. 562).

Para o autor, seria necessário, concomitantemente, realizar uma expansão da demanda e da oferta, o que só poderia ser realizado “via utilização da capacidade ociosa” (RANGEL, 2012d [1981], p. 326). Assim como se posiciona contrariamente à utilização massiva de financiamento por meio de captação externa, Rangel acredita que a mera emissão de novos meios de pagamento também não seria suficiente para *mobilizar* o capital criado nos elos fortes da economia e canalizá-los aos elos débeis. De acordo com o seu pensamento:

Não se trata, pois, de uma inepta tentativa de expandir a demanda via criação de meios de pagamento pelo poder emissor, mas de pôr a jorrar as fontes reais da riqueza nacional, até porque é tão inepto pretender acabar com a inflação limitando arbitrariamente os meios de pagamento, como tentar expandir a demanda social pela expansão igualmente arbitrária desses mesmos meios de pagamento (RANGEL, 2012d [1981], p. 326).

Rangel conclui, portanto, que (i) a capacidade brasileira de endividamento externo havia se esgotado e que (ii) a criação de meios de pagamento pelo poder central emissor de moeda não seria apta a promover aumento de demanda que mobilizasse a capacidade ociosa. Desse modo, a alternativa que despontava para a realidade econômica do Brasil seria “a captação do excedente econômico em um ou muitos setores ou atividades, transferindo-o para o grupo de atividades que, no momento, esteja em processo de crescimento privilegiado” (RANGEL, 2012f [1981], p. 332-333).

3.2 Aparelho de intermediação financeira e mobilização da capacidade ociosa

Esse processo de captação do excedente gerado nos elos fortes da economia para canalizá-los àqueles elos débeis, onde haveria uma “antiociosidade”, ou seja, oportuni-

dades de inversão, deveria ser realizado pela estruturação de um moderno aparelho de intermediação financeira. Este, por sua vez, internalizaria o lado externo do polo externo da dualidade básica brasileira, de modo a superar a própria estrutura da dualidade ao aproximar seus dois polos e internalizar o estágio mais avançado de desenvolvimento do capitalismo, que seria o capitalismo financeiro.

Nesse sentido, é possível traçar o seguinte raciocínio em Rangel: na economia brasileira, há elos fortes e elos débeis. Nos primeiros, haveria excedente de capital, uma vez que haveria mais capital do que aquele necessário para produzir, de modo que o custo unitário por mercadoria tende a diminuir quanto maior o volume produzido; já nos últimos, haveria escassez de capital, visto que o aumento de volume da mercadoria produzida levaria ao aumento do seu custo unitário.

Nos elos fortes da economia seria encontrado um alto nível de capacidade ociosa, pois esse excedente de capital não necessariamente seria utilizado para novas inversões, já que a demanda no Brasil seria cronicamente deprimida. Segundo o autor, a baixa propensão a consumir encontrada na economia brasileira explicaria o baixo nível da demanda. Tal fato seria explicado pela alta taxa de exploração da mão de obra brasileira, que faria o seu sistema capitalista funcionar “nas condições de um ‘exército industrial de reserva’ exorbitante, cujo efeito é elevar a taxa de exploração do sistema (P/V)”.⁶

Uma elevada taxa de exploração da classe trabalhadora representa, por sua vez, uma queda na propensão a consumir. Rangel encontrou uma relação inversa entre taxa de exploração e propensão a consumir – ou seja, quanto maior a exploração, menor a propensão ao consumo – de modo que “o efeito da crise agrária deve ser a depressão da propensão a consumir do sistema econômico” (2012c [1963], p. 577).

Se a economia brasileira opera com uma propensão ao consumo deprimida, é certo que isto se traduziria em aumento dos níveis de capacidade ociosa naquelas indústrias onde há capital excedente – os elos fortes da economia –, já que não há estímulo ao investimento se não há demanda para atender. Em resumo, nas palavras do próprio autor:

6. “O capitalismo brasileiro recruta a sua mão de obra num mercado convulsionado por todas essas manifestações da crise agrária, isto é, do processo de desagregação da velha estrutura agrária (feudal) e de sua conversão na nova estrutura agrária (capitalista). Em especial, age como elemento perturbador do mercado de trabalho capitalista a formação dos excedentes demográficos rurais, pois isto importa na formação de uma oferta excessiva de mão de obra, a qual deprime o poder de barganha das massas trabalhadoras do setor capitalista” (RANGEL, 2012c [1963], p. 576-577).

Ora, uma economia que opera à base de uma elevada taxa de exploração é, também uma economia que tende continuamente a suscitar o aparecimento de capacidade ociosa. Conseqüentemente, sempre que possamos induzir um incremento do investimento, com a única condição de que este se traduza na compra de mão de obra e de produtos nacionais, direta ou indiretamente, estaremos também induzindo não apenas um aumento da procura real, mas também um aumento da renda real (RANGEL, 2012c [1963], p. 577).

Nos elos débeis, portanto, haveria uma espécie de “antiociosidade”, visto que seria necessário injetar capital novo para o incremento de sua produtividade; enquanto nos elos fortes da economia, o caso não seria o de injetar capital novo, mas de *mobilizar* ao investimento produtivo aquele capital já encontrado. Neste ponto, então, aparece o papel fundamental do aparelho de intermediação financeira: viabilizar a mobilização dessa capacidade ociosa, de modo a aumentar o emprego de mão de obra, aumentando a renda e, por consequência, também o consumo.

Com a poupança gerada nos elos fortes da economia, esse mesmo aparelho de intermediação financeira também seria o responsável por redirecioná-la à injeção do capital novo de que necessitam aquelas indústrias que constituem os elos débeis da economia brasileira. Nesse sentido, a estruturação de um sistema financeiro nacional trataria alguns dos problemas mais sensíveis da política econômica brasileira observados pelo autor, à época:

- (i) mitigaria a dependência nacional de investimentos líquidos vindos do exterior, de modo a diminuir nosso endividamento em moeda estrangeira;
- (ii) diminuiria a necessidade de recorrer à expansão da base monetária via criação de meios de pagamento novos pelo poder central emissor;
- (iii) possibilitaria melhor manejo da política cambial, com vistas a viabilizar um processo contínuo de substituição de importações, mas preservando a capacidade de importar do país;
- (iv) reduziria a sobrecarga conferida à política fiscal, de modo que a captação de recursos por meio do poder de tributar do Estado poderia ser melhor administrada, sem que unicamente dela dependessem as inversões estatais e o direcionamento de sua política econômica.

Esse aparelho de intermediação financeira, contudo, deve ser orientado por um planejamento econômico condizente com os objetivos de promover o desen-

volvimento econômico, de acordo com os programas elaborados pelo planejador estatal.

Atualmente, é possível identificar a presença de um aparelho de intermediação financeira nacional, que se apresenta de maneira fortemente concentrada em três grandes bancos comerciais privados e dois grandes bancos comerciais estatais, além do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Contudo, sem um projeto de Estado a longo prazo que direcione a ação deste poderoso instrumento, que é o aparelho de intermediação financeira, a construção de um capitalismo financeiro nacional que de fato sirva à promoção do desenvolvimento econômico ainda está no horizonte.

Considerações Finais

O percurso trilhado por este trabalho partiu dos conceitos fundamentais da obra de Ignácio Rangel para entender a funcionalidade de um sistema financeiro nacional para a promoção do desenvolvimento econômico do Brasil. A dualidade básica da economia brasileira, com seus quatro modos elementares de produção, permitiu verificar uma dinâmica própria de funcionamento da vida econômica brasileira, distinta das demais estruturas econômicas, mesmo aquelas também periféricas.

Nesse sentido, a compreensão das leis que regem a dualidade básica da economia brasileira foi essencial para acompanhar o processo histórico de desenvolvimento econômico do país, que experimentou ao menos três dualidades básicas, cada uma com seu arranjo próprio dos lados interno e externo dos seus polos interno e externo. Além disso, o autor ressalta a existência de uma quarta dualidade, que teria começado em 1973, mas ainda sem data para terminar.

Verificou-se, também, que esse movimento das dualidades brasileiras não se dá de maneira apartada dos ciclos econômicos observados na economia do centro dinâmico em torno do qual o Brasil gravita, tendo em vista o caráter periférico e dependente de sua formação econômica. Nesse ponto, o conceito de ciclo longo (Kondratiev), composto por fases ascendentes (A) e descendentes (B), foi imprescindível para entender os movimentos da economia brasileira: ora volta-se à produção de bens exportáveis

(em regra, bens primários), ora destina-se a um esforço de substituição de importações – momento em que surge uma nova dualidade.

Compreendida a mecânica básica e peculiar de funcionamento da economia brasileira, foi possível então estudar também a dinâmica própria do seu desenvolvimento econômico. Este, por sua vez, ocorre com o maior grau de especialização do trabalho, por meio da transferência de mão de obra da economia natural para a economia de mercado, onde existiria verdadeira produtividade. O papel do Estado seria promover continuamente essa transferência de mão de obra, valendo-se de um processo programado de substituição de importações por meio da identificação dos elos fortes e elos débeis da economia.

Nesse último ponto aparece, então, a função primordial do aparelho de intermediação financeira: mobilizar a capacidade ociosa existente nos elos fortes da economia e canalizar a poupança neles gerada para injetar o incremento de capital necessário para desenvolver aqueles elos débeis. Atualmente, já é possível constatar a existência de um aparelho de intermediação financeira nacional, embora, à míngua de um projeto de Estado que oriente sua atuação, a dualidade básica da economia tenda a persistir.

Referências

- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; RÊGO, José Márcio. Um mestre da economia brasileira: Ignácio Rangel. *Revista de Economia Política*, v. 13, n. 2 (50), p. 98-119, abr.-jun. 1993.
- MAMIGONIAN, Armen; *et al.* Entrevista com o professor Ignácio de Mourão Rangel. (Entrevista). *Geosul*, Florianópolis, v. 5, n. 5, p. 113-139, 1988.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- RANGEL, Ignácio. A dinâmica da dualidade brasileira. [1962]. In: *Obras reunidas*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012a.
- RANGEL, Ignácio. A história da dualidade brasileira. [1981]. In: *Obras reunidas*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012b.
- RANGEL, Ignácio. A inflação brasileira. [1963]. In: *Obras reunidas*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012c.
- RANGEL, Ignácio. A questão financeira. [1981]. In: *Obras reunidas*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012d.
- RANGEL, Ignácio. Dualidade básica da economia brasileira. [1957]. In: *Obras reunidas*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012e.
- RANGEL, Ignácio. Ignácio. Que é poupança interna? [1981]. In: *Obras reunidas*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012f.
- RANGEL, Ignácio. Introdução ao desenvolvimento econômico brasileiro. [1955]. In: *Obras reunidas*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012g.
- RANGEL, Ignácio. Recursos ociosos e política econômica. [1980]. In: *Obras reunidas*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012h.
- SCHUMPETER, Joseph Alois. *Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito juro e o ciclo econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

